



PROJETO DE EXTENSÃO ULBRAGOV: RELATO DE EXPERIÊNCIA

LOPES, Maria Suzete Muller (Orientadora); MARQUES, Miriam Alencar (Bolsista) Ulbra/Campus Canoas

Introdução Trata-se de um relato de experiência vivenciada pela acadêmica de Serviço Social como bolsista extensionista do Projeto de Extensão Comunitária ULBRAGOV. A participação no Projeto iniciou-se no primeiro semestre de 2018 quando estava no 5º semestre do curso de Serviço Social modalidade EaD na Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. A acadêmica percebeu a necessidade de ampliar seus conhecimentos, para além da sala de aula em ambiente virtual. Desde o primeiro contato com o Projeto, e com os objetivos desenvolvidos pelo mesmo, identificou-se com a importância da formação e qualificação de conselheiros de direitos no exercício de atribuições na defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Objetivo Apresentar a experiência acadêmica vivenciada no Projeto ULBRAGOV, na perspectiva da capacitação dos conselheiros e gestores públicos participantes nos conselhos de direitos da pessoa com deficiência nos municípios do RS, na formação acadêmica com a contribuição de um conhecimento sobre os direitos da pessoa com deficiência, o que proporcionará a capacitação e qualificação para uma futura carreira profissional em Serviço Social mais consciente, política e humanizada.

Metodologia Formação do conhecimento teórico, aproximação com as políticas de direitos das pessoas com deficiência, participação em reunião com o COPEDE para delimitação do escopo do projeto, planejamentos da estrutura e suporte técnico virtual para interlocução entre o público-alvo e a universidade, auxílio no mapeamento dos municípios com conselhos municipais da pessoa com deficiência regulares e em funcionamento, registro das reuniões agendadas em atas.

Resultados A experiência no ULBRAGOV tem possibilitado adquirir maiores conhecimentos e saberes, tanto sobre as políticas de direitos das pessoas com deficiência, quanto na interlocução com a Universidade, e com os Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência nos municípios do RS, compreendendo a atuação e atribuições dos conselheiros nesse espaço legitimado de controle social viabilizados pela Constituição Federal de 1988. Bem como, a identificação e compreensão do papel do profissional assistente social na execução de políticas públicas, a emancipação dos sujeitos e ampliação da cidadania.

Conclusão Ser bolsista de extensão contribuiu para uma formação acadêmica com um saber ampliado em direitos da pessoa com deficiência, proporcionado por novas experiências e vivências. A experiência extensionista ofertada possibilitou um maior conhecimento no que se refere aos conselhos municipais dos direitos da pessoa com deficiência, Estatuto da Pessoa Com Deficiência e sobre as políticas públicas de direitos. A universidade, através de seus projetos extensionistas e da educação a distância, contribuiu para a articulação de um conhecimento teórico e prático.

Referências Bibliográficas BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, 1988. Presidência da República. BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CONADE. Cartilha orientadora para criação e funcionamento dos Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília/DF. 2. Ed. 2012. BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. 2015. RESENDE, Ana Paula Crosara e VITAL, Flavia Maria de Paiva (Coord.) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Versão Comentada. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

miriaamarques@gmail.com

